

Racismo na construção do desenvolvimento local e regional em Blumenau (SC): influências eurocêntricas, nazistas e integralistas

Nelson Garcia Santos

Universidade Regional de Blumenau, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-3232-9017>
nelgarcia@furb.br

Resumo

Neste artigo, efetivado a partir de pesquisa bibliográfica, busca-se resgatar as formas de pensar, sentir e agir racistas de colonizadores de Blumenau e região sobre a população indígena que aqui viviam e sobre os negros/as que para cá foram trazidos como escravos ou que, posteriormente, vieram para servir de mão de obra barata no desenvolvimento local/regional. Uma hipótese sugere que muitos colonos, que vieram no século XIX, tinham suas práticas racistas embasadas em formas de pensar e sentir a partir de teorias eurocêntricas. No século XX, as formas racistas de compreender os seres humanos, foram amplificadas em Blumenau e região pelas ideias do nazismo e do integralismo. Nosso objetivo consiste em apresentar conteúdos inerentes ao eurocentrismo, nazismo e integralismo que servem de sustentação para o pensar, sentir e agir racistas para, então, demonstrarmos as interferências que estas posturas tiveram no desenvolvimento local e regional.

Palavras-chave: Eurocentrismo; nazismo; integralismo; racismo; desenvolvimento local/regional.

Detalhes do artigo | Avaliação por pares aberta

Editado por:
Michel Goulart da Silva

Avaliado por:
Carlos Eduardo Bartel
Cleonis Viater Figueira

Citação:
Santos, N. G. (2026). Racismo na construção do desenvolvimento local e regional em Blumenau (SC): influências eurocêntricas, nazistas e integralistas. *Scientia International Journal for Human Sciences*, 1(1). <https://doi.org/10.56365/pfxpv996>

Histórico do artigo

Recebido: 10/02/2026

Revisado: 11/02/2026

Aceito: 16/02/2026

Disponível: 17/02/2026



1. Introdução

Quando os colonizadores alemães chegaram em terras do Vale do Itajaí (S.C.), encontraram os povos originários (Laklãnõ/Xokleng) mantendo suas relações socio metabólicas em seu território e vivenciando suas práticas culturais de baixíssimo impacto ambiental. No ambiente natural se depararam com jacarandás, canelas, mognos, cedros, perobas, figueiras, ariobas, carajubas, palmeiras variadas, assim como vários animais nativos – antas, capivaras, porcos do mato – e, um conjunto excelso de cores de pássaros, tais como, tucanos, periquitos, graúnas e outros, proporcionando exuberante e rara beleza.

Entretanto, o encontro com essa exuberante beleza natural não proporcionou uma relação amistosa entre os brancos e os não brancos. Pelo contrário, a relação que se estabeleceu foi de guerra, com perseguições, matanças, sequestros e epistemicídio. Mas, por que a relação foi dessa forma? Nossa primeira hipótese é de que, além do “medo natural” de se defrontar com o outro diferente, havia na forma de pensar, sentir e agir dos colonizadores a ideia interiorizada de que os povos originários que aqui viviam constituíam uma raça não só inferior em relação a raça branca, principalmente em relação aos da cultura germânica, mas, também, altamente perigosos. Também os negros e mestiços eram vistos como seres inferiores e até sem cultura, pelos germânicos/europeus. Porém, não perigosos.

E, onde se origina esta forma racista de pensar e sentir? Nossa segunda hipótese nos diz que a origem das ideias racistas está nas teorias eurocêntricas desenvolvidas na Alemanha e em outros países da Europa a partir do século XVIII; estas se intensificam durante o século XIX e foi fortemente amplificada com as ideias nazistas e integralistas (no Brasil, especificamente) no século XX. Tais formas de pensar e sentir, tiveram boa aceitação por parte de muitos colonizadores de Blumenau e região.

Outra questão, diz respeito a influência destas visões de mundo e de seres humanos no desenvolvimento local e regional. É possível identificar, no desenvolvimento local e regional de Blumenau, situações que decorram das visões eurocêntricas, nazistas e integralistas? Nossa terceira hipótese nos diz que sim; é possível identificarmos um conjunto de práticas decorrentes dos valores culturais do eurocentrismo, do nazismo e do integralismo na construção de identidades sobre o território de Blumenau e região.

Nosso objetivo não é apenas o de corroborar ou não as hipóteses, mas, também, trazer para o debate sobre o desenvolvimento local e regional as possíveis interferências das formas de pensar e sentir das posições eurocêntricas, nazistas e integralistas. Refletir sobre como estas visões de mundo e de ser humano podem interferir na construção e destruição da cultura, como podem construir valores e costumes em um território e assim, produzir identidades. Tais aspectos, estão contidos no estudo que aqui se apresenta. Para tanto, foi

realizada pesquisa bibliográfica, com destaque para a busca em jornais da década de 1930 e em Revistas Blumenau em Caderno.

Para apresentar o que se pretende, este trabalho está assim estruturado: além dessa introdução, apresenta-se a seguir, algumas ações preconceituosas e racistas contra os povos originários que viviam na região de Blumenau quando os colonizadores aqui chegaram. Em seguida, tecemos considerações sobre teorias eurocêntricas fundamentando práticas racistas no desenvolvimento local de Blumenau e região. No próximo item, apresentamos algumas informações sobre o nazi-integralismo em Blumenau e suas fortes influências nas formas de pensar, sentir e agir de muitas pessoas, inclusive lideranças políticas. Para demonstrar a efetividade de políticas racistas contra a população negra, resultante das visões eurocêntricas, nazistas e integralistas, apresentamos o próximo item intitulado A invisibilização dos negros/as em Blumenau. Tais ações resultaram na construção de uma cultura que pensa negros e negras como não importantes no processo de desenvolvimento na cidade. Finalmente, apresenta-se algumas considerações finais, mas que estão longe de encerrar a reflexão sobre o tema, até porque, estamos em um momento introdutório sobre este tema tão complexo.

2. Ações preconceituosa e/ou racistas contra os povos originários que viviam em Blumenau

Uma primeira manifestação de racismo identificada no processo de desenvolvimento de Blumenau, aconteceu com a criação - pelo Governo da Província - da “companhia de pedestres”, também denominados de soldados pedestres. Este coletivo, se caracterizava por ser um tipo de força de proteção aos futuros moradores diante das “ameaças” dos nativos locais (Renaux, 2000). A chamada “companhia de pedestres”, visava garantir ao colonizador branco a proteção de eventuais ataques dos povos nativos da região - Kaingang e Xokleng e foi instituída pela lei nº 28, de 1836, visando

proteger, auxiliar, e defender os moradores de qualquer assalto do Gêntio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arrachamentos, fazendo todo o possível por apreendê-los, e no caso extremo de resistência, destruí-los” (Lei provincial n. 28 de 25/4/1836, art. 1 §4, apud Voigt, 1999, p. 25).

Eis aí, a manifestação de um discurso de ódio contra os povos originários e que se perpetuou ao longo do desenvolvimento local/regional. A prática racista dos colonos chegou ao ponto de, mesmo com a existência destes soldados, se unirem para contratar homens visando caçar e matar pessoas dos povos

originários (chamados pelos colonizadores de bugres), já que estes eram vistos como perigosos e ameaçadores ao desenvolvimento da colônia. O nome que melhor representa estes caçadores de seres humanos, é o de Martinho Bugreiro que recebia seu pagamento por pares de orelhas apresentadas aos colonizadores. Quanto mais orelhas, mais ele recebia. Através dele, homens e mulheres indígenas eram assassinados e as crianças sequestradas para serem “adotadas” por famílias abastadas da cidade para realizarem tarefas domésticas em troca de educação, como mostra texto escrito por José Ferreira da Silva (membro do integralismo), intitulado ‘o Natal da bugrinha:

Isso aconteceu no tempo em que a colonização de Blumenau andava ainda nos seus começos. [...] Os lotes, cada dia mais se distanciavam do povoado central, sempre em direção ao fundo da mata, impenetrável e misteriosa. Lotes cada vez mais próximos dos selvagens, donos da floresta, traiçoeiros e vingativos. À medida que a civilização avançava, os bugres recuavam. E a cada recuo, iam mais cheios de ódio, com renovados propósitos de vingança. Turmas de bugreiros percorriam a floresta, em verdadeiras caçadas ao gentio. Arrazavam-lhe os pousos, afugentando ou matando os adultos, arrecadando as crianças [...] os bugreiros voltavam com duas dúzias de bugrinhos, piás e raparigas, uns quase de colo, outros beirando a puberdade. Depois de batizados em grande e aparatosa solenidade [...] foram distribuídos a famílias de respeito e de posses, que se obrigavam a educá-los como filhos, cristãmente (Blumenau em Cadernos, 1960, p. 233).

De acordo com Wittmann (2007, p. 35), desde o início da colonização, os Xokleng eram vistos como sanguinários e irracionais e “estas ideias aparecem constantemente em fontes diversas, tais como jornais, correspondências, documentos do governo e até mesmo em trabalhos acadêmicos”. Nestes meios, era comum encontrar o discurso que tratava os povos originários como “ferozes assassino”, cujas investidas indígenas acontecia com fortes resquícios de crueldade. De acordo com a autora, em uma carta escrita pelo Dr. Blumenau dirigida ao ministro da agricultura ele diz: “ferozes bugres sobressaltaram uma família de colonos, agredindo desta vez o último morador do ribeirão [...], que mataram com uma flechada no coração e roubaram uma multidão de objetos da casa” (Wittmann, 2007, p. 37).

Enquanto os Xokleng usavam arco e flexa, os colonos usavam espingarda e, quando os indígenas apareciam nas proximidades das casas e lavouras eles eram atacados com pólvora. A ação era justificada pela legitimidade das terras recebidas como devolutas. O conflito entre colonos e indígenas acirrava conforme o desenvolvimento da colonização e a gravidade foi percebida pelos governantes de Santa Catarina. Para minimizar o conflito, a estratégia foi de contratar homens para adentrar a floresta visando exterminar sumariamente os indígenas. Foi criado, então, os Batedores do Mato que viria a se tornar os bugreiros. Estes,

se tornam os agentes da pacificação dos indígenas a partir do facão, da pistola, da espingarda e rifles. Sua formação era, basicamente, de caboclos contratados pelos agentes da colonização (Wittmann, 2007).

Porém, na história oficial de Blumenau, contada pelos vitoriosos, a omissão sobre estas perseguições, matanças e sequestros, realizadas a mando dos colonizadores sobre os indígenas que aqui viviam é comum. Mas, quando não se esconde o confronto/matança, ele é apresentado com um mal necessário, e mostra o colonizador como herói que cumpriu sua obrigação para o bem do desenvolvimento da cidade e do seu povo. Tal forma de pensar e sentir fica evidenciada nos escritos de Eugen Fouquet (1935) que apresentava a população indígena como obstáculos à colonização europeia e dizia “o melhor bugre é o bugre morto” (Fouquet, apud Frotscher, 2003, p. 95). E, na medida em que o desenvolvimento acontecia e, conseqüentemente, aumentavam os núcleos coloniais, mais a população Xokleng sofria com a diminuição do seu território.

Diante do acirramento do conflito, duas posturas foram debatidas em Blumenau sobre os povos originários: uma defendia a tentativa de extermínio, defendida por Eugen Fouquet, e outra, a adoção de crianças indígenas, defendida por Hugo Gensch. O consenso, entretanto, estava na visão de que o índio era “o grande empecilho para o sucesso da colonização e a realização do sonho da modernidade” (Wittmann, 2007, p. 73). Esta modernidade despontou, fundamentalmente, a partir da instalação da luz elétrica, no surgimento de fábricas e com a construção da estrada de ferro, de Blumenau até Harmonia (hoje Ibirama).

Segundo Wittmann (2007, p. 76)

A eletricidade transformou Blumenau. As principais ruas da cidade estavam iluminadas. Os passeios e as leituras poderiam ser esticados até mais tarde. Não era mais necessário buscar água no poço ou no rio. A instalação de bombas elétricas realizava a tarefa de sucção da água sem o uso da força física. A energia elétrica permitiu também que indústrias fossem instaladas em regiões mais afastadas dos rios, dispensando a energia hidráulica na produção industrial. O crescimento industrial aumentou significativamente o grau de urbanização de Blumenau. A malharia Hering e as tecelagens Garcia e Karsten, juntamente com a frente de colonização para o oeste, capitaneada pela Sociedade Colonizadora Hanseática, contribuíram de maneira significativa para a constituição do urbano. A fábrica se tornou o ilustre personagem que, até hoje, é orgulho da população blumenauense.

A construção da estrada de ferro (1907), símbolo da modernidade em todo o mundo, permitiu a incorporação de vastas áreas de terras ao processo produtivo, transportou várias mercadorias, pessoas e correspondências. Para sua construção, foi necessário: “derrubar o mato, construir pontes, cavoucar pedras, desaguar planícies, e tudo isso acompanhado da luta contra animais perigosos e contra os primitivos senhores

da terra, os índios que recuam diante da cultura” (Wittmann, 2007, p. 82). Foi com a estrada de ferro, que chegou em Blumenau a primeira favela (Farroupilha) constituída, em sua maioria, por pessoas pretas que vieram para construir a ferrovia.

Quanto a relação com os povos originários já no início do século XX, ela pode ser demonstrada através das palavras de Otto Stange, narrando um passeio pela rua principal de Blumenau no início dos anos de 1900, quando em determinado ponto da narrativa diz:

- Boa tarde, dona Margarida, como vai? [...] Tudo vai bem. Como vai lá com os Deutschrussen do Spitzkopf? -Não vai tão bem como devia ser [...] os colonos estão inquietados, devido os bugres que ultimamente aparecem por lá em atitudes ameaçadoras. Os moradores estão apreensivos, temendo assaltos dos bugres que por várias vezes foram vistos na orla do mato, não querendo por isso ir trabalhar no mato e tirar madeira. Muitos estão com vontade de mudar-se [...] (Stange, Otto, [1900/1903]. In: Gerlach-Schmidt; Kaldletz; Marchetti, 2019, p. 515).

Não é raro, também, esconder, na história oficial do desenvolvimento de Blumenau, a existência de negros escravizados na colônia. Aliás, valoriza-se muito a ideia de que o então proprietário da colônia, Dr. Blumenau, proibia o uso e o comércio de escravos. Mas, vasculhando a história, vê-se que tal realidade era um pouco diferente, pois, quando Peter Wagner – primeiro morador da futura nova cidade - encontrou Hackradt (sócio de Dr. Blumenau na colônia) isso em 1848, nas proximidades de um ribeirão, que depois viria a ser chamado ‘da Velha’, Hackradt estava comandando a construção de ranchos, roças e engenhos, através do uso de mão de obra de cinco escravos (Renaux, 2000, p. 37, Moser, 2016). Além disso, ainda em 1848, Dr. Blumenau escreveu carta ao cunhado e amigo Götter, onde diz: “escreverei a Hackradt [...] e com aquele dinheiro que ele ainda tem lá, poderá comprar mais 6 ou 7 negros. Então teremos 12” (Blumenau, 1848, apud Voigt, 1999, p. 45).

O doutor Blumenau até pode ser considerado abolicionista. Entretanto, ele teve que recuar em relação sua posição pois, muitos acordos foram feitos com o governo imperial para obter apoio institucional e financeiro à sua colônia particular. Esse recuo fica evidenciado, por exemplo, na carta escrita em setembro de 1846, ao amigo e abolicionista Sturz:

Por tudo neste mundo peço-lhe, porém, de deixar de lado a desgraçada história dos escravos, abolição, tráfico de escravos e outras coisas semelhantes. O Sr. não consegue nada com isto, estragam para si o que teriam podido ganhar, e adquirem ainda mais inimigos, do que já tem. Eu próprio fico em perigo[...]" (Sturz, 1868, apud Voigt, 1999, p. 51)

E, assim segue o desenvolvimento da colônia: com trabalhadores escravos e não escravos, inclusive com compra e venda de escravos, como mostra Kilian (1958), que apresenta a escritura cartorial de 1882 (livro de Notas, nº 13 - Fls 16 a 17) em que Pedro Wagner comprou da senhora Alexandrina Maria da Conceição o escravo de nome Camilo, pela quantia de seiscentos mil réis. Em 1883, José Henrique Flores Filho, quando se transferiu de Itajaí para assumir a presidência da Câmara Municipal de Blumenau, trouxe consigo seus escravos. Um dos proeminentes donos de relativo número de escravos era o proprietário de terras em Gaspar, tenente Capitão Henrique José Flores” (Petri, 1988, s/p).

A colônia “loura Blumenau” se desenvolveu, então, com o que Anibal Quijano (2005) denominou de “Divisão Racial do Trabalho”, onde de um lado havia a mão de obra escrava (negra), que não podia ser proprietária, comerciante, agricultor, tinha que trabalhar, mas, não podia receber salário, pois a inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Havia, também, os proprietários de terras, de comércio, médicos, sapateiros, industriais e trabalhadores que trabalhavam e recebiam salários. Para os historiadores Marlon Salomon e André Voigt (2000,) cerca de 800 escravos viviam no Vale do Itajaí, no período próximo da abolição.

Assim, indígenas e pessoas negras estiveram presentes no desenvolvimento de Blumenau e região. Entretanto, os primeiros foram assassinados ou tiveram que fugir mata adentro e rio acima. Os segundos foram invisibilizados. Visando, então, compreender a forma de pensar e sentir que embasaram as formas racistas de agir de alguns colonos que vieram para estas terras do Vale do Itajaí, apresentaremos aspectos das bases teóricas que se fizeram presentes no desenvolvimento de Blumenau e região.

3. Teorias eurocêntricas fundamentando práticas racistas

Quando os colonos vieram para ocupar o Vale do Itajaí, eles não conheciam o modo de produção escravista em sua terra natal. Lá, em pleno ano de 1850, vivia-se uma situação em que o território alemão era constituído por vários pequenos reinos e ducados, dos quais alguns pertenciam ao império austríaco. Aos alemães ainda faltava o Estado Nacional, instituição básica do capitalismo. Havia, também, resquícios do feudalismo, baixa produtividade e uma fraca industrialização. Ou, como se lê em *A Ideologia Alemã*: “um país onde ocorre apenas um desenvolvimento histórico trivial (Marx, 2007, p. 27).

Dos muitos debates que aconteciam por lá, nos anos de 1840, poucos anos antes da vinda dos colonizadores para Blumenau, aqui destaco um que tratava sobre “como se passa propriamente ‘do reino de Deus para o reino dos homens’” (Idem, p. 44) e, outro que questionava como se pode alcançar o fim do absolutismo feudal. Estes debates estavam inseridos em uma realidade onde se tinha um incipiente modo de

produção capitalista, em que trabalhadores vendiam livremente sua força de trabalho para a burguesia que, por sua vez, estava preocupada com a “concorrência cada vez mais acirrada do exterior e o intercâmbio mundial, do qual a Alemanha cada vez menos podia se abster” (Marx, 2007, p. 195).

Foi então, a partir de 1840, que os burgueses alemães começaram a pensar em garantir esses interesses comuns tornando-se nacionalistas liberais e exigiram tarifas protecionistas e constituições. Agora, segundo Marx, “eles se encontram quase no ponto em que estavam os burgueses franceses em 1789” (idem). Esta burguesia, desenvolveu uma literatura que deixou de expressar a luta de uma classe contra a outra e defendeu “não verdadeiras necessidades, mas a necessidade da verdade; não os interesses do proletário, mas os interesses do ser humano, do homem em geral do homem que não pertence a nenhuma classe nem à realidade alguma e que só existe no céu brumoso da fantasia filosófica” (Marx, 2010, p. 63).

Diante da situação em que aquele capitalismo, sem Estado, avançava, com seus reinos e ducados, muitos trabalhadores foram expulsos das terras e passaram a constituir a mão de obra excedente (desempregados) e a formar, além do exército de reserva, a nova classe do lumpemproletariado. Como consequência, fome e miséria passaram a fazer parte daquela realidade. A partir de então, novas questões apareceram como, por exemplo: como superar tal realidade? Uma resposta encontrada foi mandando aquele exército de homens, mulheres e crianças para as américas sem, entretanto, com uma consciência de classe com suas verdadeiras necessidades. Mas, com uma consciência e com verdades que não pertencem a nenhuma classe e, muito menos, a uma realidade que não fantasiosa.

Cumprir lembrar, também, que estava sendo gestada na Europa a algum tempo a “ciência das raças”. Em 1775, o alemão Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) publicou sua tese intitulada “A variedade nativa da raça humana”, que muito contribuiu para o “racismo científico”. Hegel, por exemplo, publicou em 1837, seu livro intitulado “Filosofia da História” onde disse que:

A África é o país da infância da história. Ao definir o espírito africano (negroide), temos de desprezar totalmente a *categoria de universalidade* – isto é, a criança ou o negro têm, de fato, ideias, mas ainda não têm a ideia. Entre os negros, a consciência ainda não atingiu uma objetividade sólida, como, por exemplo, *Deus, a lei*, na qual o homem teria a *percepção de seu ser* [...] razão pela qual está totalmente ausente o conhecimento de um *ser absoluto*. O negro representa o *homem natural* em sua completa ausência de constrangimentos. Embora tenham de estar conscientes de sua dependência dos fatores naturais [...], isto não os conduz, no entanto, à consciência de algo superior (Hegel, 1837, *apud* Marx, 2007, p. 170).

Nesta concepção idealista de Hegel, tem-se a apresentação dos negros como uma raça inferior sem a capacidade de se autogovernar. Além disso, ele difundiu a ideia do ‘*mundo germânico*’, “cuja consciência se

desenvolverá até constituir um reino do Espírito real e, podemos chamar germânicas as nações às quais o Espírito do Mundo confiou seu verdadeiro princípio. [...] É o reino da liberdade concreta” (Hegel, In: Corbisier, 1981, p. 141).

Já em 1855, Joseph Arthur de Gobineau escreveu “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, onde defendia a superioridade da “raça branca” e dizia que a miscigenação gerava indivíduos fracos e inferiores geneticamente. Tais ideias foram aproveitadas pelos nazistas e pelo próprio Hitler. Outras teorias racistas poderiam ser apresentadas: darwinismo social, frenologia, antropometria, craniometria. No Brasil, por sua vez, a “ciência das raças” já era conhecida, pelo menos, desde 1860. Tal “ciência” fundamentava-se na hierarquia das raças e defendia a branca como superior, e a desqualificação dos não brancos se fazia pela suposta incapacidade destes ao trabalho livre, dificultado, assim, o fim da escravidão. A escravização e o trabalho escravo eram naturalizados, não se cogitando nem a abolição nem a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (Butzke; Theis; Santos, 2022, p. 6).

Também as teorias do evolucionismo e do evolucionismo social, do nacionalismo e mais à frente do pangermanismo formam a base teórica das formas de pensar, sentir e agir de muitos alemães que vieram para as terras do Vale do Itajaí. O darwinismo social (expressão cunhada por Herbert Spencer), por exemplo, cujo fundamento era o determinismo racial, entendia que as raças não podiam ser melhoradas e, por isso, o cruzamento racial era entendido como um equívoco, que proporcionaria a degeneração racial e social. Negros, índios e mestiços são tidos como aqueles que só têm mão de obra para dar; cultura não têm.

Tal concepção, se diferenciava da teoria evolucionista que, também, estava presente na forma de pensar de viventes da colônia Blumenau e entendiam as diferenças dos grupos étnicos como passageiras, ou seja, partiam da ideia de que todos os grupos passariam pelos mesmos estágios de desenvolvimento. Seu representante aqui na colônia foi Hugo Gensch, que defendeu a adoção das crianças indígenas para tirá-las da selvageria. Tal tese da miscigenação, se uniu, a partir de 1850 ao discurso e à prática dos nacionalistas, visando à formação da nação através do branqueamento da população e a constituição de uma futura raça histórica brasileira, juntamente com a ocupação do território. Estas posturas, faziam parte das políticas imigratórias brasileiras (Seyferth, 1996 apud Butzke; Theis; Santos, 2022).

Tais teorias constituem a base do eurocentrismo. Este, por sua vez, caracteriza-se por ser uma forma de conhecimento/poder em que a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados se fundamenta na ideia de raça e com uma suposta estrutura biológica que situa uns, naturalmente, em situação de inferioridade em relação aos outros. A partir desta perspectiva, os colonizadores se sentiram legitimados para expropriarem as populações colonizadas; reprimir tanto como puderem suas formas de produção de conhecimento, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e

de objetivação da subjetividade; de forçar os colonizados a aprender a cultura dos dominadores no campo da atividade material, tecnológica e religiosa (Quijano, 2005), efetivando, assim, o epistemicídio (Machado, 2019) com os povos originários que aqui viviam, assim como com os povos da América e seus descendentes e com os povos africanos e seus descendentes.

O eurocentrismo então, pode ser entendido como uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental no século XVII e que se tornou hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa a partir da América. Refere-se a uma racionalidade específica ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se as demais ou de diferentes formas de saberes (Quijano, 2005).

Outro campo teórico e ideológico importante e que constituiu formas de pensar, sentir e agir entre alguns teuto-brasileiros de Blumenau e região, foi o pangermanismo. Este teve sua origem em 1895, com a criação da Liga Pangermânica que defendia um tipo de “nacionalismo étnico” (Santana, 2010) visando a ampliação do império alemão, fundamentado em valores como tradição da hierarquia, superioridade biológica, imperativo territorial, adoração do nacional acima do internacional e valorização da casta antes da classe social (Brepohl, 2013). Segundo essa autora,

no Brasil, a Liga Pangermânica reuniu 6 mil membros que se responsabilizaram por diversos acordos comerciais e intercâmbio de caráter religioso e ou cultural na região Sul, alcançando também a Argentina, o Uruguai e o Chile. A Liga Pangermânica subsidiou escolas com material didático, apoiou associações recreativas e promoveu a imprensa em língua alemã (Brepohl, 2013, p. 15).

Na perspectiva pangermânica, o negro é naturalmente inferior e deveria ser submisso ao branco. Assim, ao desnudarmos a história do processo de colonização de Blumenau, vemos que os colonizadores a contam pelo viés eurocêntrico (racista), e de várias formas invisibilizaram a participação de negros e negras no processo de desenvolvimento da cidade e omitiram práticas racistas que na época se efetivavam como, por exemplo, pela fala de Eugen Fouquet, em 1898 (apud Seyferth, 1982, p. 61):

[...] Uma mistura com africanos e mestiços devemos repelir com firme resolução. Pretender formar com o cruzamento continuado de todos os diversos elementos que estão representados no Brasil uma nação culturalmente homogênea é uma ideia desconcertante. Não estou regando o menosprezo de uma raça contra a outra, mas acentuando a necessidade de manter pura cada uma das raças. [...] A imigração europeia, em primeiro lugar, só tem que se haver com o Estado brasileiro e não com a Nação brasileira que afinal de contas não existe.

Nas narrativas históricas contadas por algumas lideranças brancas de Blumenau podemos perceber a prática constante de invisibilizar a presença dos negros e negras no desenvolvimento local de Blumenau. Segundo a antropóloga Ilka Leite (1996,) a invisibilidade é um dos muitos “suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações. [...] Não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente” (Leite, 1996, p .41). A prática da invisibilidade foi desenvolvida por pessoas que se fundamentavam nas teorias científicas do século XIX e início do XX, na Europa, Estados Unidos e no Brasil. Somam-se a estas teorias, duas novas situações que aprofundaram as ações históricas racistas e que colaboraram com a invisibilização da população negra no desenvolvimento de Blumenau, quais sejam: o nazismo e o integralismo, que chegam por aqui com bastante força. Ambos os movimentos defendiam doutrinas que se aproximavam do nacionalismo, do autoritarismo, da intolerância, do anticomunismo e do racismo. Segundo Natalia Cruz (2004),

a identificação entre os dois movimentos levou ao estabelecimento de uma estreita rede de colaboração entre nazistas e integralistas, revelada em folhetos, artigos, reuniões e troca de correspondências, sugerindo que a aproximação integralista com o nazismo foi mais forte do que o integralismo admitia (Cruz, 2004, p. 44).

Tal aproximação possibilitou algumas ações que interviram no desenvolvimento da cidade e região, como veremos a partir de agora.

4. O nazi-integralismo em Blumenau

O partido nazista teve sua primeira organização em terras brasileiras em 1928, quando foi criado em Benedito Timbó (distrito de Blumenau) um grupo regional do partido, sendo ele, o primeiro movimento nazista fora da Alemanha (Dietrich, 2007). Em 1929 foram fundados outros dois grupos locais do partido: um em Bela Aliança, atual Rio do Sul, e outro em Blumenau (Frotscher, 2003). Devido a vários pontos convergentes entre Brasil e Alemanha, o partido nazista pode funcionar de 1928 a 1938, efetivando diversos tratados comerciais e vários acordos no âmbito político como, por exemplo, de caça aos comunistas e, também, acordos para treinamento de policiais brasileiros pela GESTAPO (Dietrich, 2007). A organização nazista era constituída, basicamente, por alemães que viviam no Brasil e por seus descendentes e se confrontava com grande parte da população brasileira formada por mestiços de origem indígenas e negra, tendo em vista que estes eram entendidos como raças inferiores. “Por serem vistos como uma ameaça à pureza racial germânica, os alemães ‘puros’ no Brasil foram constantemente alertados a não se misturar com os brasileiros” (Dietrich, 2007, p. 127), buscando estabelecer casamentos somente entre os germânicos.

Evidentemente, esta realidade não se concretizou a vários nazistas casaram-se com pessoas não alemãs. Tal situação soma-se com outras ações que são particulares do nazismo brasileiro constituindo o que Dietrich (2007) chamou de “nazismo tropical”.

A simpatia ao nazismo era algo que estava presente em vários jornais da região, constituindo-se, assim como o principal meio de difusão das ideias nazistas, como por exemplo, o Blumenauer Volkskalender, que difundia propaganda que glorificava a Alemanha e o regime nazista. A sede do Partido Nazista de Blumenau estava situada na rua das Palmeiras, e desde os anos de 1930, os simpatizantes desfilavam com a suástica pela rua XV de Novembro. Em 1932, aconteceu em Blumenau, um encontro de professores alemães e teuto-brasileiros. Neste encontro, pode-se ver, pela primeira vez, pessoas trajando uniformes nazistas (Zanaletto, 2013, p. 4). Para os membros da organização, a comunidade nacional alemã, fundamentada em torno da concepção de mundo nacional-socialista, era representada não só pelos nascidos em solo alemão, mas, também, pelos descendentes de alemães no estrangeiro (Frotscher, 1998). Faziam parte da organização partidária a Juventude Hitlerista, a Frente de Trabalho alemã, Associação de Mulheres e a Associação de Professores. O partido realizava coleta de donativos para mandar dinheiro para a Ajuda do Inverno Alemão e realizava programas de rádio, jornais, palestras em clubes e escolas difundido o pangermanismo, que tinha como um dos princípios a ideia de unidade pela raça e pela língua, visando a conquista de um grande império que chegaria à África e à América.

O partido evitava levar para os seus quadros os que não falassem corretamente a língua alemã e os miscigenados. Também era regra da organização, os nazistas não participarem de eleições ou se envolver com a política local. Por isso, o partido não participou de nenhuma campanha eleitoral do Brasil. Em Santa Catarina, especificamente, muitos simpatizantes e até membros da organização nazista se filiaram ao movimento integralista.

O integralismo ou, Ação Integralista Brasileira (AIB), foi um movimento político inspirado no fascismo europeu e criado por Plínio Salgado no início de 1930. Em Santa Catarina, o movimento se intensificou a partir de 1934 e naquele ano o integralismo já contava com 26 grupos (Cruz, 2004). De acordo com Ewald Baericke (1934) – um dos fundadores do núcleo integralista de Itajaí – desde março daquele ano, “o movimento tem organização idêntica ao nacional-socialismo alemão. [...] Hoje acabamos com o Triunvirato e adotamos o princípio nacional-socialista de chefia, com o *fuehrer* e subchefes em cada Estado e municípios” (Cruz, 2004, p. 51).

Seu objetivo visava “a construção e formação de uma homogeneidade étnica e cultural. Para alcançar este objetivo, o integralismo defendia a miscigenação racial ou caldeamento étnico e cultural, visando o predomínio da raça e cultura brancas” (Cruz, 2004, p. 109). Esta postura, se diferencia do racismo nazista

que se baseia na “segregação ou separação das etnias e culturas distintas, fazendo com que a homogeneização da população de uma nação seja alcançada por meio do princípio da pureza racial” (idem, p. 116).

Assim, tanto o integralismo quanto o nazismo foram e são racistas. E, tanto um quanto o outro, foram aceitos por parte significativa da comunidade blumenauense e do Vale do Itajaí. O nazismo, por ter melhorado as condições de vida dos que na Alemanha viviam e pelos discursos de Hitler que obtinham bastante sucesso. E o integralismo, como uma nova opção política para os que não reconheciam os republicanos e os liberais como seus representantes (Hackernhaar, 2019) e, também, por todo o caráter antidemocrático contido nas propostas dos dois movimentos.

Em 12 de Junho de 1935, foi comemorado em Blumenau, o primeiro aniversário do núcleo integralista local. Já em outubro (dias 6, 7 e 8), realizou-se a comemoração do terceiro aniversário da AIB e o primeiro Congresso das Províncias do sul do Brasil. As imagens sobre este grandioso evento podem ser encontradas no vídeo feito pelo integralista blumenauense Alfredo Baungarten¹, que além de cineasta propagador das ideias integralistas foi vereador em 1934, e vice-presidente da Câmara na legislatura presidida por José Ferreira da Silva (também integralista).

Daquele evento, participaram milhares membros da AIB de sete estados (ou províncias como chamavam os camisas-verdes), que marcharam pelas ruas de Blumenau no desfile de domingo. (Hackernhaar, 2019). Suas propostas foram passadas através de livros e jornais sendo, estes últimos, o principal meio de popularização como, por exemplo, as manifestas no Jornal Alvorada de 17/05/1935, em que apresenta aspectos da visão do integralismo sobre o fim do partidos; da criação de um serviço nacional de assistência operária enquanto não se toma conta do governo; da subordinação dos interesses individuais aos interesses da Pátria e a importante mensagem dizendo: “Enquanto não virmos o Brasil organizado, sem o mal dos Partidos, o Estado Brasileiro exprimindo classes, dirigindo a Nação pelo cérebro de suas elites, não descansaremos na propaganda que nos impomos (Alvorada, 17/05/1935, [s.p.]

No artigo de Vieira de Alencar (1935) está dito que o

O integralismo é uma revolução de ideias no sentido de criar uma nova mentalidade brasileira, não entra em conciliábulo secretos, não conspira e se pretende destruir a liberal democracia baseada na mentira do sufrágio universal para substituí-la pela verdadeira democracia fundada na doutrina nacional corporativista (Alvorada, 17/05/1935, [s.p.]

¹ www.youtube.com/watch?v=OJPDbQh0jak. Outra indicação de vídeo sobre o integralismo e o nazismo em Blumenau é “Anauê! O integralismo e o nazismo na região de Blumenau” (www.youtube.com/watch?v=srcitNSPXgQ).

Uma situação que interferiu em muito no desenvolvimento de Blumenau e região, e que tem relação direta com as práticas nazi-integralistas foi o desmembramento de Blumenau feito pelo então governador interventor, Aristiliano Ramos. Em um primeiro momento separando Rio do Sul de Blumenau e, no segundo momento, em fevereiro de 1934, emancipando os distritos de Hamônia (hoje Ibirama) e Gaspar e, logo em seguida, Indaial e Timbó (decreto-lei estadual nº 86, de 31/03/1938). Vários blumenauenses entenderam que este desmembramento foi uma ação para enfraquecer o germanismo no estado e gerou um movimento de repúdio em Blumenau fechando as portas de comércios e indústrias; passeatas foram realizadas e comícios com a palavra de ordem “por Blumenau unido”. As manifestações duraram cerca de uma semana e foi aumentando a tensão, pois o governo estadual enviou força armada para acabar com as manifestações (Gertz, 1988).

Nas eleições de 1936, os integralistas elegeram 8 prefeitos em Santa Catarina e 72 vereadores, sendo a maioria constituída por descendentes de imigrantes alemães e italianos. Em Blumenau foi eleito como prefeito o senhor Alberto Stein. A Câmara Municipal, no período era formada por 15 vereadores, sendo doze deles adeptos da Ação Integralista Brasileira. Foi a partir daquele ano, que começou a se difundir na cidade o slogan: “quem não for integralista é comunista”. E, tanto nazistas quanto integralistas eram veementemente contra o comunismo, como expressa o artigo de Americo Palha, publicado no jornal Cidade de Blumenau de 05/09/1936:

Há dezenove anos soltou-se no mundo um inimigo da humanidade [...] A ferocidade desse monstro não tinha limites. Alimentava-se do sangue das suas victimas. Lançado sobre a terra por forças diabólicas, ele iniciou o trabalho medonho de arrazamento da civilização e da cultura da humanidade. [...] Não é mais possível à consciência christã do mundo permanecer indiferente aos crimes dos comunistas

Concomitantemente, amplia-se a divulgação do lema integralista Deus, Pátria, Família através do jornal Alvorada, principal informativo integralista. Seu proprietário, José Ferreira da Silva, foi o vereador mais votado, nas eleições de 1936 e os demais candidatos integralistas receberam na cidade 70% dos votos (Cruz, 2004). Era naquele jornal que se podia ler frases do tipo: “o integralismo é o soldado de Deus e da Pátria. Homem novo do Brasil, que vai construir uma grande nação”. Ou, “A família deve ser mantida? Sim, porque o amor da família é o que distingue os homens dos animais” (Jornal Alvorada, 07/05/1935).

A aproximação da AIB com o nazismo pode ser evidenciada, por exemplo, pelo fato do cônsul alemão, Oto Rohkohl, responsável pelo Departamento de Economia do Partido Nazista em Santa Catarina, ter uma filha inscrita na Seção Feminina da AIB de Blumenau (Cruz, 2004). Esta aproximação pode ser,

também, exemplificada pela resposta dada por Nereu Ramos, ao ser perguntado, no Rio de Janeiro, sobre a vitória dos seus adversários nas eleições municipais de 1936. Segundo ele:

Vou explicar essa vitória do integralismo, ou melhor do hitlerismo no meu estado. Digo hitlerismo, porque lá o fenômeno integralista não se apresenta com as características que esse partido tem em outras unidades da federação. Em todos os municípios em que o integralismo venceu, o elemento teuto predomina. A bandeira não é Plínio Salgado. É Hitler. Pergunta-se ao colono: “Você é integralista?” e ele responde: “Sou hitlerista!” É a mística do militarismo alemão, como bem definiu, em sua brilhante inteligência, o ministro Marques dos Reis (Correio de São Paulo, 1936 apud Hackernhaar, 2019, p. 60).

E isso acontecendo em uma cidade que publicava almanaques (*Kalender*), três em alemão e um em português, cujo público-alvo eram os ‘camaradas alemães’ – jargão usado pelos nacional-socialistas. Em editorial do almanaque de 1936, por exemplo, os editores apresentam o intuito de atingir tanto industriais e comerciantes como operários, camponeses e artesãos e de oferecer a todos, exatamente por ser um *Volkskalender* (calendário folclórico), um ‘momento de lazer amigável’ (Frotscher, 2007, p. 212). Em seus editoriais aparece a ideologia de que os imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil pertenciam, juntamente com os que moravam na Alemanha ou em outros países, a uma só comunidade racial e nacional alemã (idem, p. 229).

Naquele mesmo ano (1936), Nereu Ramos, ferrenho opositor do nazi-integralismo, proibiu, pela portaria 117 de 05 de setembro, o uso de uniformes e de qualquer símbolo relacionados a AIB, e vários conflitos com a polícia começaram a acontecer, resultando em prisões, feridos e mortes. Um exemplo desses conflitos foi o que aconteceu em um salão em Rio do Serro, na estrada que liga Jaraguá do Sul a Blumenau. No salão estavam mais de duzentas pessoas e, entre elas adeptos ao integralismo. “Visando dissolver a reunião, aconteceu tiroteio. Os que tentavam fugir eram agarrados e espancados; crianças eram atiradas ao chão; as paredes e o chão ficaram tintos de sangue. Ao final da investida, duas pessoas morreram e 82 ficaram feridas” (Hackernhaar, 2019, p. 73).

Outro conflito que aqui se destaca aconteceu em 13 de fevereiro de 1937, quando o núcleo integralista de Blumenau (da rua São Paulo) foi atacado por autoridades policiais. Segundo *A Gazeta*, o delegado de polícia da comarca solicitava, há tempos, ao prefeito Alberto Stein chamar a atenção de seus partidários, pois estes realizavam suas sessões nos núcleos com portas e janelas abertas, contrariando a Portaria nº 117 de setembro de 1936. Naquela noite, o sargento Francisco Mauristano determinou aos presentes para realizarem seu encontro com as portas e janelas do recinto fechadas. Tal solicitação levou à discussão generalizada,

seguida de um conflito, no qual saíram feridos soldados da Força Pública Estadual e vários integralistas (Idem, p. 78).

Com a implantação do Estado Novo (1937), aconteceu a dissolução dos partidos políticos e, também, o encerramento da AIB. A partir de 1938, começou a ser implementada uma intensa e brusca campanha nacionalista. Em Santa Catarina, o processo iniciou com o interventor de Getúlio Vargas, o governador Nereu Ramos, determinando que as escolas particulares só podiam contratar professores que falassem o português; a língua alemã ficou proibida; nomes de ruas e de estabelecimentos não podiam ser em outras línguas; jornal que não fossem escritos em português foi proibido de circular; associações que difundiam a tradição de outras culturas foram impedidas de atuar. Teve-se a internalização de formas de pensar os trabalhadores brasileiros de Blumenau e região, a partir de um padrão que se caracterizava por não ser o trabalhador malandro/preguiçoso, desobediente, distraído. Mas, com dedicação ao trabalho, entendendo-o como afirmação de cidadania, operosidade e o amor ao trabalho como formas de preservação dos costumes e das tradições alemãs

O projeto nacionalista obrigou a assimilação forçada de imigrantes e descendentes visando à unidade nacional numa configuração luso-brasileira. Neste projeto, constava, também, a formação de um tipo de cidadão-trabalhador brasileiro homogeneizado em nível nacional e, para tanto, “o poder público passou a vigiar o mundo do trabalho e o espaço fabril, visando ajustá-lo ao novo universo fordista” (Frotscher, 1998, p. 145). Tudo isso impactou, de várias formas, no desenvolvimento da cidade e região.

Porém, as sequelas nazi-integralistas ficaram arraigadas em parte dos cidadãos blumenauenses, e diante do crescimento das fileiras nazistas e integralistas em Blumenau e região, vieram para a cidade jornalistas de outras localidades para buscar dados sobre tal fenômeno, como por exemplo, o enviado especial do jornal do jornal Diário da noite, Edmar Morel, do Rio de Janeiro, que publicou em 1944 (edição 03606), as seguintes afirmações sobre o nazismo na região:

no Vale do Itajaí, conheci dois tipos de alemães. O alemão que chegou antes de 1914, homem inteiramente dedicado à lavoura e o alemão que ali aportou depois da grande guerra, em 1918 até 1937. Enquanto o primeiro vivia na terra, vivendo inteiramente à margem da vida nacional, o segundo, formado na escola do pangermanismo e de Hitler, laçavam mão de todos os recursos imagináveis, formando um perigoso quisto nazista no Brasil, o maior da América. Daí, a geração velha viver em luta com a geração nova. Na peleja, venceu, é claro, a corrente nazista, pois os filhos dos primeiros colonizadores, os descendentes dos alemães que chegaram ao Vale do Itajaí depois de 1918 e os nazistas formaram um só grupo a serviço de Hitler (Diário da Noite, 1944).

Continua, o enviado especial, agora transcrevendo as palavras do capitão Antônio de Lara Ribas (delegado da Ordem Política e Social, no período de 1938-1943), dizendo que nas cidades do Vale do Itajaí havia contemplação nos dias de festas comemorativas de datas alemãs, “espetáculos contristadores, diante das fanfarronadas e passeatas caracteristicamente, realizadas pelos nazistas fardados, ostentando bandeiras e flamulas com a cruz suástica” (Diário da Noite, 1944). Segue Ribas informado que

Os nazistas, irmanados de corpo e alma com os milhares de teuto-brasileiros e brasileiros natos, sob a trilogia ‘Deus, Pátria e Família’, explorada pela Ação Integralista, eram os donos do Vale do Itajaí. Só em Rio do Sul existiam 3032 adeptos do sigma e da cruz suástica, com obediência cega ao Sr. Plínio Salgado e ao Sr. Adolfo Hitler. Em Blumenau 7147; em Harmonia 1150; Rodeio 1053; Timbó 1637 (Diário da Noite, 1944).

Apresentadas estas concepções de mundo e de ser humano, do nazismo, integralismo e das teorias eurocêntricas que se caracterizam por serem racistas, podemos induzir que várias pessoas, no desenvolvimento de Blumenau e região, tiveram formas de pensar, sentir e agir racistas e desta forma, contribuíram para perseguir, matar, sequestrar e impedir que os indígenas participassem do desenvolvimento local/regional, e colocaram a população negra na invisibilidade. Tal invisibilidade, se deu, por exemplo, pela expulsão de 150 famílias pretas, cerca de 600 moradores, que moravam na Favela Farroupilha.

Tal situação teve início em 17 de março de 1948, quando o então vereador Herbert Georg, começou a discutir na Câmara de Vereadores a situação da Favela Farroupilha e solicitava solução imediata para o problema que denominava “cancro social” e sugeria à Câmara a instalação de uma comissão interna para estudar a questão (Cidade de Blumenau, 1948, p. 1). Esta favela se localizava na margem esquerda do Rio Itajaí-Açu e era formada, basicamente, por negros e negras provenientes de cidades como Gaspar, Ilhota, Itajaí, Tijucas, Porto Belo entre outras, que formaram parte significativa da mão de obra na construção da estrada de ferro iniciada em 1907, pela empresa berlinesa, Bachstein & Koppel, do qual participaram cerca de 1500 trabalhadores (Schmidt-Gerlach; Kadletz; Marchetti, 2019).

Em 1949, perto da cidade completar 100 anos da colonização, o então prefeito -Frederico Guilherme Busch Júnior - acatou a orientação da Câmara e expulsou as pessoas, obrigando-as a irem para as ruas Pedro Krauss Sênior e Araranguá, locais estes considerados de alto risco de deslizamento, na parte alta e de enxurrada e enchentes nas partes baixas (Moser, 2015). Dessa forma, as famílias negras passaram a ocupar os lugares de maior risco ambiental. Longe dos olhares das classes e pessoas mais abastadas, pois aos olhos da elite da cidade, a favela prejudicava a beleza natural e deixava à mostra os intrusos, os deserdados da sorte, os pobres e pretos da cidade. E assim permanecem até os tempos atuais.

Outra forma de invisibilização da população negra de Blumenau pode ser percebida já na página 3 do livro comemorativo ao centenário de Blumenau. Lá diz que “Blumenau é um município criado e engrandecido por sábios e colonos” (Silva, 1950, p. 3). Continua o membro do integralismo local afirmando:

Por sábios como o próprio fundador, que era laureado em filosofia, naturalista e astrônomo, e, sobretudo, um grande, inteligente e culto colonizador; por sábios como Fritz Müller [...]; sábios como Friedenreich, como Augusto Müller, como dezenas de outros que permanecem na obscuridade, mas cujas obras não foram menos proveitosas à coletividade blumenauense. Pelos colonos, esses ativos e ordeiros elementos quem de outras terras, nos trouxeram exemplos de tenacidade, de sacrifício, de patriotismo também; colonos que, deixando a enxada, [...] estudavam à claridade de lâmpadas de azeite de peixe, para não se embrutecerem no relaxamento, não esquecerem o que da mãe-pátria haviam trazido, [...] (Silva, 1950, p. 3).

Percebe-se que negros, caboclos, mestiços ou indígenas não fazem parte dos que criaram ou engrandeceram Blumenau. E isto fica evidenciado no hino centenário de Blumenau que diz: “Há cem anos, por estas paragens – terras férteis, imensas, sem dono – Brava tribo de rudes selvagens Viu surgir o primeiro colono [...] Blumenau! Blumenau! Tuas fontes contam lendas de heróis europeus [...]”. Em outros momentos da narrativa histórica, contata pelos senhores brancos, os indígenas aparecem como seres que atacam a cidade e matam seus cidadãos.

Na cidade de Blumenau, as pessoas negras sempre foram minoria e invisibilizadas e manifestações racistas continuaram e continuam acontecendo na “loura Blumenau”, não só com crianças pobres, pretas ou indígenas, mas com operários, advogados, estudantes universitários etc. Em 2012, por exemplo, a empresa Santa Rita - indústria de Autopeças Ltda - foi condenada a pagar multa, devido as humilhações e discriminações de caráter racial, que um funcionário negro sofreu dentro do ambiente de trabalho. O trabalhador afirmou, na ação, que havia desrespeito aos negros no ambiente de trabalho e que sempre foi alvo de piadas sem que os chefes tomassem qualquer medida para evitar o constrangimento. Nas portas dos banheiros da empresa havia ofensas racistas, segundo apurou o Ministério do Trabalho e Emprego após denúncia (Rede Brasil Atual, 2012).

Naquele mesmo ano, aconteceu prática de racismo dentro da Universidade Regional de Blumenau (FURB) quando um estudante zombou de um vigilante, fazendo sons de macaco em sua referência. Após o incidente, o vigilante acabou sendo demitido. Segundo o portal da justiça do trabalho (TRT da 12ª Região SC) tanto a FURB quanto a Brasil Sul (empresa terceirizada) tiveram que pagar R\$ 30 mil por danos morais, devido ao constrangimento sofrido pelo funcionário (Justiça do Trabalho, 2014). As práticas racistas acontecem, também, com profissionais negros, como foi com o advogado M. A. A., militante do movimento

negro e praticante de religião de matriz africana que sofreu ameaças através de cartazes colocados na porta da sua casa e em postes na rua em que mora (UNEafro, 2017). Ou, pelo acontecido com o músico Raphael Guilherme, de 23 anos, agredido enquanto esperava o ônibus em um ponto de ônibus da cidade (ND+, Balanço Geral 20/02/2021).

Em 2017, uma das principais lideranças do movimento negro de Blumenau, Lenilso Silva, assumiu na Câmara de Vereadores, durante 30 dias, como vereador suplente. No Informe Blumenau de 07/09/2017 a notícia foi dada através do seguinte texto:

A loira e conservadora Blumenau e sua Câmara de Vereadores terão suas estruturas abaladas. Em novembro, o suplente de vereador Lenilso Silva (PT) assumirá uma cadeira no parlamento. É histórico, emblemático. Lenilso será o segundo negro a assumir. Também é homossexual assumido, um tabu no Legislativo da cidade. Lenilso é um ativista social nestas duas áreas e outras. É fundador do Movimento de Consciência Negra de Blumenau e do Coletivo LGBT Liberdade.

Chama a atenção o fato de que quando outros vereadores brancos, heteros e demais “normalidades” assumem a variância, não se coloca na notícia que eles são Brancos, heteros etc. Mas, no caso do Lenilso, parte da imprensa, que é, mas não se assume como racista, diz que Blumenau e sua Câmara terá a “estrutura abalada” com a chegada do tal vereador. Assim, em Blumenau, a população constituída por uma maioria branca, de classe média e com sua classe capitalista oriundas de avós e pais que foram simpáticos as teorias eurocêntricas, ao nazismo e ao integralismo, proporcionaram 75,28% dos votos ao candidato Bolsonaro na última eleição presidencial. Não porque o candidato tenha apresentado algo novo, diferente, inovador. Pelo contrário, o que Bolsonaro apresentou, foi exatamente aquilo que parte da população de Blumenau sempre defendeu pelas posturas eurocêntricas, nazistas e integralistas, passadas de pais para filhos. De avós para netos. De amigos para amigos.

5. Considerações finais

Vários casos racistas poderiam ser apresentados para exemplificar a situação que vivem negros e negras em Blumenau, assim como, indígenas da região, decorrentes das teorias eurocêntricas, nazistas e integralistas que por aqui foram difundidas. Se hoje ainda se vive práticas racistas no interior das empresas, da universidade, nas ruas, nas escolas etc. de Blumenau é porque teve-se um tempo e um espaço em que foram legitimadas formas de pensar, sentir e agir, comum a um grupo social constituído por pessoas brancas e racistas que se acham superiores aos não brancos.

Ao não falar sobre o genocídio e o epistemicídio praticados pelos colonizadores sobre a cultura dos povos originários que aqui viviam, se tentou construir uma narrativa mostrando os que aqui viviam como perigosos, ameaçadores e que dificultavam o desenvolvimento da colônia. Entretanto, os que aqui chegaram, com sua cultura e teorias, não foram capazes de se reconhecer como sendo eles, os invasores, os perigosos, os que ameaçavam a paz e a vida dos indígenas. Suas fundamentações teóricas não permitiam que assim se vissem. A partir do eurocentrismo, eles só se viam como seres superiores, civilizados e os demais povos eram bárbaros, selvagens e que deveriam ser domesticados e por ser inferiores poderiam ser sequestrados, assassinados e escravizados.

Quando o nazismo passou a ser defendido por “aldeões” de Blumenau, mais um salto significativo foi dado para ampliar as práticas racistas. Também o integralismo contribuiu para internalizar em vários blumenauenses a visão da supremacia branca sobre as demais raças e os valores da tradição e dos bons costumes pelo slogan “Deus, Pátria e Família”. Quando, porém, o Estado Novo, começou a proibir que aqui se falasse o alemão; que não se tivesse nomes de ruas de personagens alemães; quando passou a fechar os clubes da tradição alemã e a prender pessoas que se diziam mais alemãs que brasileiras, tudo isso contribuiu para que a cultura e a identidade germânica ficassem ainda mais fortes na memória cultural dos teuto-brasileiros, chegando ao ponto de expulsar pessoas negras do centro da cidade para lugares que os olhos da elite branca não vissem.

As crianças indígenas e negras que aqui nasceram e viveram não tiveram a história dos seus antepassados contadas. Não tiveram professores/as negros/as e muito menos indígenas. Foram submetidas aos princípios e valores das igrejas e da educação europeias, e viveram diversas formas de racismo no interior das escolas sem que houvesse represálias para os agressores. As crianças indígenas, sequestradas por bugreiros foram educadas sob a lógica eurocêntrica que detestava os povos originários. As crianças negras, por sua vez, foram e são “o negrinho” ou “a negrinha” que serve para fazer este ou aquele serviço para a pessoa branca. Era a criança do “cabelo ruim”, o “bolinho queimado”. Mas, também o invisibilizado, que passa a viver atrás do morro para não ser visto.

Assim, podemos perceber que várias foram as influências do eurocentrismo, do nazismo e do integralismo no desenvolvimento local e regional, principalmente nas formas de pensar, sentir e agir de vários habitantes, proporcionando a dominação de uma cultura sobre outra e impondo formas de identidades que proporcionou as bases para a constituição do território sem, entretanto, a devida visibilidade histórica dos indígenas que aqui viviam e dos negros/as que aqui vieram viver.

Concluimos então, que nossas três hipóteses foram corroboradas: existiram colonizadores que se pensavam (e se pensam ainda hoje) como seres superiores; essa superioridade se fundamenta no

eurocentrismo, nazismo e integralismo e, tais formas de pensar, sentir e agir influenciaram no desenvolvimento local/regional. A partir destas visões de mundo, ser humano e sociedade, os indígenas foram expulsos para longe da cidade e os negros foram invisibilizados do processo de desenvolvimento.

A fragmentação de Blumenau em outros municípios, resulta da reação do governo intervencionista no Estado de Santa Catarina às ações do nazi-integralismo em Blumenau. Sua elite e parte da população continuam racistas e, no momento presente, parte da elite dominante da cidade, além de defender abertamente o slogan Deus, pátria, família (slogan integralista) tenta substituir o nome da região de Vale do Itajaí por “vale europeu”, exaltando, assim, a superioridade dos brancos europeus sobre os indígenas, negros, mestiços e brasileiros de uma forma em geral. Porém, muito há que se pesquisar sobre o que as lideranças (prefeitos. Vereadores e outras lideranças) nazi-integralistas propuseram e efetivaram no desenvolvimento local e regional. Estamos no início de um processo que aproxima eurocentrismo, nazismo e integralismo ao desenvolvimento local e regional.

Referências

- Avila, M. R. R. (2014). *Território oculto: o escondimento da pobreza em Blumenau*. 2º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Florianópolis: UDESC.
- Brepohl, M. (2013). *Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do império, 1896-1914*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 66.
- Butzke, L.; Theis, I. M.; Santos, N. A. G. (2022). *Migração, raça e a questão regional no Brasil: uma leitura da contribuição de Giralda Seyferth*. Revista Redes (Santa. Cruz do Sul, Online), v. 27.
- Corbisier, R. (1981). *Hegel (textos escolhidos)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Cruz, N. R. (2004). *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Tese. Curso de Pós-graduação em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- Frotscher, M. (1998). *Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC.
- Frotscher, M. (2003). *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC.
- Gerlach, G. S.; Kadletz, B. K.; Marchetti, M. (2019). *Colônia Blumenau no sul do Brasil*. São José: Clube do Cinema Nossa Senhora do Desterro.

- Gertz, R. E. (1988). Nazismo, fascismo, integralismo e o apoio das oligarquias no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 14, nº 1.
- Informe Blumenau. (2017). <https://www.informeblumenau.com/blumenau-tera-um-vereador-negro-e-gay/>, de 07 de setembro. Acesso 22/10/2022
- Jornal Alvorada. (1936). Blumenau.
- Jornal Diário da Noite. (1944). Rio de Janeiro.
- Jornal Cidade de Blumenau. (1948). Blumenau.
- Justiça do Trabalho. (2014). <portal.trt12.jus.br/index.php/noticias/caso-de-racismo-na-furb-resulta-em-danos-morais-de-r-30-mil>. Acesso 22/11/2022.
- Hackenhaar, C. (2019). *O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe em março de 1938*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS.
- Kilian, F. (1958). Vasculhando velhos arquivos. *Blumenau em Cadernos*, nº 9, agosto, Tomo I.
- Leite, I. B. (org.). (1996). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Machado, A. F. (2019). Filosofia africana: ética de cuidado e de pertencimento ou uma poética de encantamento. Paraíba. *Problemata: Revista Internacional de filosofia*. V. 10. N. 2, UFPB.
- Marx, K; Engels, F. (2010). *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K; Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.
- Moser, M; Ijuim, J. K. (2015). A prática da invisibilidade social sobre as áreas de concentração de pobreza na imprensa de Blumenau (SC). *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, Florianópolis, v. 5, n. 1.
- ND+ (2022). <ndmais.com.br/seguranca/policia/denuncia-de-racismo-durante-aula-em-universidade-de-sc-mobiliza-pm-e-expoe-problema-enraizado/>. Acesso 30/11/2022.
- O que o integralismo quer. (1935). *Jornal Alvorada*, Blumenau.
- Petri, S. M. V. (1988). A presença do negro na região de Blumenau. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, 13 de maio.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO.

Renaux, M. L. (2000). *Vida de Pedro Wagner: uma faceta do império no Vale do Itajaí*. Blumenau: EDIFURB.

Rede Brasil Atual (2012). www.redebrasilatual.com.br/trabalho/empresa-de-blumenau-e-condenada-a-indenizar-trabalhador-por-pratica-de-racismo/ Acesso em 11/11/2022.

Salomon, M.; Voigt, A. (2000). A. Colonização alemã e escravidão no Vale do Itajaí. In: Ferreira, C. M.; Frotscher, M. (org.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra.

Seyferth, G. (1982). *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura.

Seyferth, G. (2004). A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: ano 10, n. 22, p. 149-197.

Silva, J. F. (1950). O escudo d'armas do município de Blumenau. In: *Caderno Centenário de Blumenau: 1850 – e de setembro – 1950*. Blumenau.

Silva, J. F. (1960). O Natal da Bugrinha. *Blumenau em Cadernos*. Tomo III. N. 12, dezembro.

UNEAFRO. Sítio Eletrônico. <https://uneafrobrasil.org/923-2/> Acesso 12/12/22

Vieira, A. (1935). O integralismo e a Lei de Segurança. *Jornal Alvorada*, Blumenau, 17 de maio.

Voigt, A. F. (1999). *Imigrantes entre a cruz e a espada: imigração alemã, confissão religiosa e cidadania no Vale do Itajaí (1847 – 1868)*. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

Wittmann, L. T. (2007). *O vapor e o batoque*. Florianópolis: Letras Contemporâneas

Zanelatto, J. H. (2013). Anauê, Alvorada e flama verde: a imprensa integralista e as disputas pelo poder político em Santa Catarina. *Passagens: Revista internacional de história política e cultura jurídica*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. V. 5, n. 3, set. /dez., p. 377-396.